



Biblioteca da Assembleia da República

DOSSIER DE IMPRENSA



BPN

CDS quer documentos

O CDS, através de Nuno Melo, considerou ontem inaceitável que o Banco de Portugal “tente evitar” o acesso aos documentos pedidos pelos deputados da comissão parlamentar de inquérito ao caso BPN, enquanto o Bloco de Esquerda exigiu o apuramento de responsabilidades políticas. “O BE não permitirá que a comissão sirva de *offshore* para ilibar as responsabilidades políticas”, afirmou João Semedo. ■



TEIXEIRA DOS SANTOS ESTÁ A "ANALISAR CENÁRIOS"

Governo ainda não tem solução para o BPN

O ministro das Finanças garantiu ontem que o Governo ainda não tomou nenhuma decisão sobre o Banco Português de Negócios (BPN) e que continua a analisar os cenários possíveis que foram apresentados pela administração do banco.

"Quando nacionalizámos o banco em Novembro tivemos apenas o objectivo de defender os depósitos dos depositantes", disse Teixeira dos Santos à saída do plenário da Assembleia da República, onde foi aprovado o Orçamento Suplementar para 2009. Foi também intenção do Governo, disse, "evitar que o problema de falta de pa-

gamento do BPN aos seus depositantes gerasse o pânico bancário". A nova administração do BPN, presidida por Francisco Bandeira, avançou com três cenários possíveis: a venda do banco em determinadas condições; a integração na Caixa Geral de Depósitos ou a "manutenção do banco na esfera pública", para o recuperar e aguardar por um momento vantajoso para o vender.

Confrontado com o montante do buraco financeiro do BPN, 1800 milhões de euros, Teixeira dos Santos salientou que "as perdas revelam bem a situação de gravidade em que o banco se encontrava". ■



CASO BPN

CDS marca novo rumo na investigação

→ O CDS garante que a comissão parlamentar de inquérito ao BPN chegou a um ponto sem retorno. O deputado Nuno Melo afirmou ontem que, “ao contrário do que foi dito pelo Governador do Banco de Portugal, o supervisor já tinha conhecimento do Banco Insular, desde pelo menos o ano de 2004”. Já está claro que “nos quadros do BPN, e da SLN, a existência do Banco Insular não era desconhecida. E que os seus movimentos, mais ainda perante suspeitas evidentes e públicas, poderiam ser consultados, quer por responsáveis da administração, quer da supervisão, interna, e externa”. Disse ainda que se confirmou “a suspeita de que a auditoria externa ao BPN, não foi solicitada pelo supervisor”. Por fim, advertiu que se “tornou-se claro que os órgãos superiores do BPN, conheciam amplamente a actividade do Banco Insular e dos veículos utilizados ilicitamente, facto que não teria escapado a uma supervisão atenta e actuante. ■

RECURSO ■ SÓ EM MAIO CARLOS ALEXANDRE VOLTARÁ A AVALIAR A PREVENTIVA.

Negada liberdade a Oliveira e Costa

■ Fátima Mata-Mouros, a juíza que se destacou no combate ao crime económico, assinou o acórdão que recusou libertação de ex-administrador do BPN

● TÂNIA LARANJO

Oliveira e Costa, o ex-administrador do BPN, vai ficar pelo menos mais três meses em prisão preventiva. O recurso interposto pelo seu advogado foi rejeitado de forma unânime pelos dois juízes que ontem assinaram um acórdão na Relação de Lisboa: o relator Calheiros Gama e a desembargadora Fátima Mata-Mouros, que se destacou pelo combate ao crime económico quando liderou o Tribunal Central de Instrução Criminal, precisamente o mesmo que determinou a prisão do ex-banqueiro.

Os dois juízes entenderam agora que os pressupostos que haviam determinado que Oliveira e Costa ficasse em prisão preventiva se mantinham. Os juízes defenderam igualmente que só a prisão poderia debelar o perigo de fuga e de destruição de provas, que esteve na origem da aplicação da mais gravosa medida de coacção pelo juiz Carlos Alexandre.

Segundo o **CM** apurou, a defesa assentava o recurso no débil estado de saúde do ex-banqueiro. O advogado alegava ainda que Oliveira e Costa sofria de claustrofobia e que a prisão fazia piorar o seu estado de saúde.

Além disso, defendia o causídico Leonel Gaspar, a prisão domiciliária "era suficiente" para acatear os perigos referidos pelo MP.

"Improcedente" foi a decisão da Relação de Lisboa, num acórdão que não é passível de recurso. A prisão preventiva de Oliveira e Costa só deverá agora ser reavaliada em Maio, reavaliação que será feita por Carlos Alexandre. ■

Juízes temem destruição de provas e perigo de fuga



Oliveira e Costa vai manter-se em prisão preventiva mais três meses



Daniel Sanches

🔍 PORMENORES

● **OPOSIÇÃO ACUSA**
Na aprovação do Orçamento Suplementar, a Oposição acusou o Governo de ceder dinheiro para o BPN e o BPP, não o afectando às necessidades da actual conjuntura.

● **144 MIL MILHÕES**
Em resposta aos ataques por causa dos custos da nacionalização do BPN, o ministro das Finanças afirmou que nacionalizar o banco evitou o contágio ao sistema financeiro, que contém 144 mil milhões de euros em depósitos de 17 milhões de pessoas.

● **VÁRIOS CRIMES**
Oliveira e Costa, de 73 anos, está indiciado pelos crimes de fraude fiscal qualificada, burla agravada, falsificação, infidelidade, branqueamento, abuso de confiança agravado e aquisição ilícita de acções.

● **PRAZOS**
O Ministério Público tem um ano para terminar investigação e deduzir acusação pública.

Sanches no Ministério Público

Daniel Sanches, ex-administrador do grupo BPN e ex-ministro da Administração Interna, que adjudicou o contrato para o SIRESP a um consórcio liderado pela Sociedade Lusa de Negócios (SLN), também do grupo BPN, vai voltar ao Ministério Público.

O pedido partiu do próprio Daniel Sanches e foi deferido pelo Conselho Superior do Ministério Público, não estando ainda decidi-

da a sua colocação. No entanto, e uma vez que já atingiu o topo da carreira, o procurador-geral-adjunto deverá ser colocado num tribunal superior. Segundo fontes contactadas pelo **CM**, o Ministério Público não tinha qualquer "razão legal para o afastar". Daniel Sanches foi procurador distrital de Évora, coordenador do DCIAP, de onde saiu para a SLN, foi ministro e agora volta à magistratura. ■ **ALN.**



ÚLTIMA HORA Teixeira dos Santos, no Parlamento Falência do BPN afectaria 2,5 milhões de portugueses

PERDAS SISTÉMICAS avaliadas em 25 mil milhões de euros.

Se o Governo não tivesse nacionalizado o BPN, permitindo a sua falência, teriam sido afectados, no mínimo, “dois milhões e meio de portugueses, com um custo para a sociedade de 25 mil milhões de euros”. As estimativas foram avançadas ontem pelo ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, na sessão de aprovação final do Orçamento do Estado suplementar, no Parlamento.

Teixeira dos Santos explicou os cálculos, estimados “por defeito”: em risco de perder os depósitos estariam dois milhões e meio de portugueses; se cada um perdesse, em média, dez mil euros, as perdas totais seriam de 25 mil milhões.

De acordo com estas estimativas, seriam afectados cerca de 15% do total de 17 milhões de depositantes existentes, e cerca de 17% do valor total de todos os depósitos no sistema (144 mil milhões de euros).

O ministro respondia ao deputado Diogo Feio, do CDS-PP, que sublinhou os custos da nacionalização: “A factura de 1,8 mil milhões de euros [o buraco financeiro estimado do banco] é dos contribuintes. Isto é o mesmo que meio aeroporto, oito vezes o investimento na Educação e seis vezes o orçamento do Ministério da Cultura”.

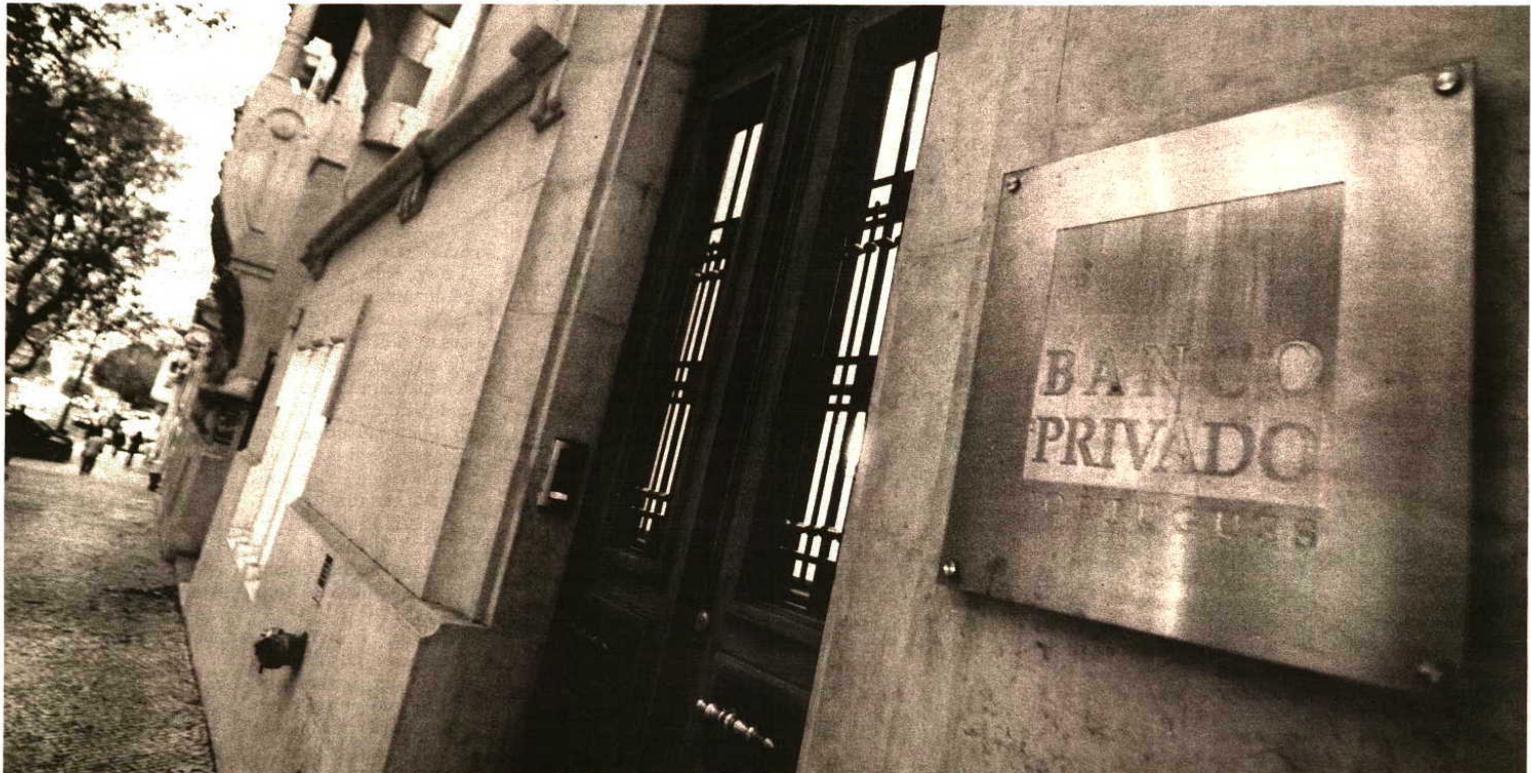
Carlos Costa Pina, secretário de Estado do Tesouro e das Finanças, explicou ao Diário Económico que “se o BPN falisse outras instituições estariam em risco, porque poderia haver uma corrida aos depósitos dos portugueses com medo de perderem o dinheiro”.

Além dos custos do sistema, teriam de ser consideradas as perdas do próprio BPN, que conta com 220 mil depositantes e um total de 5 mil milhões de euros em depósitos. ■ Margarida Peixoto



■ RISCO SISTÉMICO

O ministro das Finanças voltou ontem a insistir nos riscos para o sistema financeiro associados a uma eventual falência do BPN.



O Banco Privado continua à procura de soluções que lhe permita pagar aos clientes de produtos de retorno absoluto. Estes estavam fora do balanço, deixando os clientes sem acesso aos fundos recebidos pelo BPP.

CMVM e Banco de Portugal analisam falha dos auditores no Banco Privado

O BANCO PORTUGAL RECEBEU o parecer da CMVM em que esta alerta para o tratamento contabilístico inadequado dos produtos de capital garantido, que devia ter merecido reservas nas contas.

Maria Teixeira Alves
mtalves@economicasgpps.com

A CMVM analisou o comportamento dos auditores no BCP, BPN e BPP.

A CMVM e o Banco de Portugal têm estado a analisar o comportamento dos auditores (Deloitte) do Banco Privado, que não detectaram ao longo dos últimos exercícios que havia um tratamento contabilístico inadequado dos riscos inerentes aos contratos de capital garantido. Deviam ter sido registadas nos resultados do BPP as imparidades dos activos que compõe os produtos de capital garantido, o que não sucedeu, pelo que os auditores não deveriam ter certificado as contas ou deveriam ter levantado reservas. Tal não aconteceu. Contactada, a Deloitte diz não saber de nada. Em causa poderá estar um

empolamento dos lucros, o que é matéria da supervisão prudencial e, portanto, da competência do Banco de Portugal. O Diário Económico contactou fonte oficial do BdP que se limitou a dizer que não comenta. Por sua vez a fonte oficial da CMVM também não comentou. Perante o parecer da CMVM - que considera também que as cartas com promessas de capital garantido têm a mesma força legal que os contratos -, o BdP está a "corrigir" a contabilidade do BPP. O objectivo é contabilizar as responsabilidades financeiras perante os clientes



Carlos Tavares, presidente da CMVM

dos produtos de retorno absoluto. A CMVM é só chamada neste processo a defender os clientes do BPP, que têm estado em contacto com o regulador, uma vez que se trata de clientes da gestão individual de carteiras.

Os três bancos, em análise pelas entidades de supervisão, têm em comum o facto de os auditores não terem detectado as operações (sub-contabilização de perdas) que estão agora a ser contestadas quer pelo BdP quer pela CMVM. ■

CMVM investigou as falhas de auditoria no BCP, BPN e BPP

■ Os auditores do BCP, BPN e BPP - KPMG, BDO Binder e Deloitte, respectivamente - estão a ser, ou foram, alvos de investigações por parte da CMVM. No caso do BCP, as certificações das contas por parte da KPMG, nos anos em que terão havido perdas não contabilizadas, vão ser alvo de um relatório que está em fase de conclusão. Relatório esse que apontará as responsabilidades dos auditores e dos ROC. No BPN, a CMVM contactou os auditores por falhas no cálculo das unidades de participações dos fundos de investimento. Houve um empolamento do valor dos fundos, que não foi detectado nem pela BDO, nem pelo ROC. Esta semana o BdP admitiu que vai pedir à BDO Binder (que certificou as contas entre 2003 e Junho de 2008) explicações sobre o facto de não terem sido contabilizadas imparidades do BPN que ascendem hoje a 1,8 mil milhões de euros, com operações fraudulentas com o Banco Insular. Em 2007, a BDO apresentou uma ênfase às contas: "Chamamos a atenção para que se encontra em curso no grupo uma revisão geral do perímetro das entidades relacionadas".



MARISA
APOLINÁRIO

Advogada da Rui Pena,
Arnaut & Associados

Mais regulação e menos intervenção ou menos regulação e mais intervenção?

Vivemos tempos difíceis. Isso mesmo nos é dito todos os dias: basta abrir um jornal, ligar a televisão ou subir o volume do rádio para sermos confrontados com mais um episódio da crise económica e financeira em que o mundo parece, a cada dia que passa, mais mergulhado. Portugal não escapa a este estado de sítio. A globalização tem destas coisas. E se 2008 foi assim, o melhor é começarmos já a preparar-nos, pois, dizem os especialistas, 2009 será bem pior.

Paradoxalmente, vivemos momentos ricos para a teoria da regulação. Com efeito, numa altura em que já se celebrava o fim do Estado Social ou do Estado-Providência e se comemorava o surgimento de um novo Estado Pós-Social, de um Estado Regulador, eis senão quando o Estado omnipresente volta (?) a aparecer.

Efectivamente, quando se pensava que os mercados podiam (finalmente!) funcionar sozinhos, sem o braço protector (ou as

amarras, depende da perspectiva que se adopte) do Estado, a verdade é que os mercados, sobretudo os financeiros, entraram em colapso, e com isso obrigaram à intervenção - quase divina - do Estado. Embora não se trate de um fenómeno completamente novo, as dimensões que o mesmo assumiu a nível mundial chamaram a atenção para aspectos que até aqui tinham passado mais ou menos despercebidos.

Nalguns casos, essa intervenção

“Os mercados, sobretudo os financeiros, entraram em colapso, e com isso obrigaram à intervenção – quase divina – do Estado”

foi para lá do papel de mero regulador que o Estado parecia ter reservado para si próprio. Aliás, não raras vezes estas intervenções ficaram mesmo a dever-se a falhas na regulação. Veja-se, a nível nacional, o exemplo da nacionalização do Banco Português de Negócios (BPN), em que o Estado se viu forçado a intervir, nacionalizando o Banco e assumindo a condução dos destinos daquela instituição bancária, para evitar a sua falência e com isso a crise do próprio sistema financeiro. Uma das causas apontadas para essa intervenção foi, precisamente, a falha da supervisão do Banco de Portugal, que é a entidade reguladora do sector.

Mas será este o fim da regulação? A dúvida impõe-se, desde logo, porque regulação não se confunde com mais intervenção da parte dos poderes públicos. A ideia é precisamente a oposta: ao regular o mercado, o Estado deve limitar-se a fixar as regras de actuação dos agentes económicos e

“Episódios como o do BPN são meramente pontuais, não representando um regresso ao passado”

supervisionar a sua actuação, ou seja, o que se lhe pede é que actue como árbitro, deixando para os players o jogo do mercado.

Estamos em crer, no entanto, que episódios como o do BPN são meramente pontuais, não representando um regresso ao passado, ou seja, ao modelo do Estado produtor de bens e prestador de serviços.

Esta é, no entanto, uma altura chave para repensar o(s) modelo(s) de regulação económica existentes nos diferentes sectores de actividade. Efectiva-

mente, mais uma vez o exemplo que demos atrás é bastante ilustrativo do que pode correr mal, nomeadamente em situações em que o regulador não dispõe de toda a informação sobre os regulados e, por isso, não tem condições para exercer, de forma eficaz, a sua actividade. É, no entanto, incontornável que existe sempre informação assimétrica sobre o mercado, ou seja, o regulador nunca sabe tanto sobre o regulado como ele próprio, o que limita, desde logo, a sua actuação. Deste modo, um dos maiores desafios que actualmente se colocam aos reguladores passa por melhorar o seu processo de análise e de decisão, garantindo a sua transparência e ao mesmo tempo tentando evitar a captura do regulador pelos regulados. Trata-se, sem dúvida, de um equilíbrio difícil, mas essencial para a existência de uma verdadeira actividade regulatória, mais preventiva do que punitiva.



Prisão de Oliveira Costa confirmada

BPN. Tribunal da Relação de Lisboa mantém a preventiva do ex-presidente do BPN

O Tribunal da Relação de Lisboa (TRL) confirmou ontem a prisão preventiva de José Oliveira Costa considerando a medida de coacção aplicada pelo Tribunal Central de Investigação Criminal "proporcional e adequada".

Fonte do TRL disse que esta decisão vem no seguimento de um recurso apresentado por pelo advogado de defesa do antigo presidente do BPN. José Oliveira Costa foi detido a 20 de Novembro por suspeita de burla agravada, falsificação de documen-

tos, fraude fiscal e branqueamento de capitais.

Carlos Alexandre, juiz do Tribunal Central de Instrução Criminal determinou a 21 de Novembro a prisão preventiva do ex-banqueiro "por considerá-lo fortemente indiciado a autoria dos ilícitos e verificados os perigos aduzidos pelo Ministério Público por reputar adequada, proporcional e única suficiente para prevenir os invocados perigos".

A detenção de Oliveira Costa seguiu-se a buscas a residências do ex-banqueiro, no âmbito das alegadas irregularidades que tiveram como consequência em Novembro de 2008 a nacionalização do BPN, que

era até então detido pela Sociedade Lusa de Negócios.

O ministro das Finanças, Fernando Teixeira dos Santos, defendeu ontem que o valor das imparidades do BPN que a actual administração do banco encontrou, e que ascende a 1800 milhões, "reforça o argumento da nacionalização".

O ministro respondia, no Parlamento, aos deputados da oposição que criticavam a actuação do Governo no BPN e no Banco Privado Português. Teixeira dos Santos adiantou que o Governo decidiu nacionalizar o BPN não pelo prejuízo apurado de 700 milhões de euros, mas sim para proteger os depositantes. ■



A ponte informática entre BPN e Banco Insular

Entre 2002 e 2009, "houve várias centenas de movimentos" entre bancos. Siga o rasto das operações, a partir das declarações de um dos executantes

António José Duarte, que entre 1999 e 2006 trabalhou na direcção de operações do BPN, foi um dos colaboradores que registaram operações financeiras no Banco Insular. Fê-lo a partir do seu computador, através do sistema informático do próprio BPN, garantiu quarta-feira à noite na comissão parlamentar de inquérito à

nacionalização do banco. "Se lançava operações no Insular era porque o Insular era do BPN ou da SLN", deduz. Assessor da administração desde 2006 - já vai na quarta equipa -, Duarte garante que há "registo informático" das operações e que o Insular "era de conhecimento soberano e não restrito". **MJG**



1.

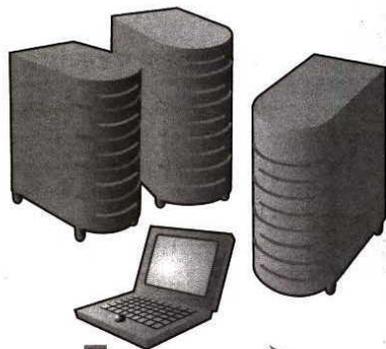
QUEM ORDENAVA REGISTO DE OPERAÇÕES NO INSULAR

António José Duarte teve conhecimento do Insular em 2002, quando recebeu ordens, "verbais e escritas" para fazer lançamentos de operações daquele banco cabo-verdiano, o BPN Cayman e o BPN IFI (também em Cabo Verde). "Todas as instruções que recebi vinham do meu director de operações, António Franco, do sub-director, Ricardo Pinheiro. Posteriormente, recebi instruções directamente da administração, do Dr. José de Oliveira Costa e do Dr. Francisco Sanches", garante.

3.

OPERAÇÕES TÊM REGISTO INFORMÁTICO

"Não há nenhum banco virtual. As operações lançadas no Insular têm registo informático", que é acessível a "consultas internas ou externas", disse Duarte, revelando que o registo era feito no servidor central do BPN, e não num portátil.



Pedro Aperta

2.

"SE LANÇAVA OPERAÇÕES PARA O INSULAR, INSULAR ERA DO BPN"

Entre 2002 e 2009, "houve várias centenas de movimentos entre o BPN e o Insular". António José Duarte diz que registou muitas das operações, mas que não foi o único a fazê-lo. E garante que isso só era possível se o banco fizesse parte do grupo. "Se, no âmbito das minhas funções, lançava operações para o Insular era porque o Insular era do BPN ou da SLN". O assessor dos últimos conselhos de administração do grupo diz que a existência da instituição "era soberana e não restrita".

4.

CONSOLIDAÇÃO VIRTUAL

Os movimentos entre o BPN e o Insular de Cabo Verde foram realizados e foi revelado esta semana que resultaram em perdas superiores a 500 milhões. As operações eram reais, "virtual era a sua consolidação no balanço do BPN", reconhece Duarte.

BANCO INSULAR

Nova gestão manda quadro da CGD para Cabo Verde

A nova equipa de gestão do BPN, liderada por Francisco Bandeira, enviou um quadro da Caixa Geral de Depósitos (instituição à qual foi atribuída a gestão do banco) para Cabo Verde. A missão deste responsável, que seguiu há duas semanas para o arquipélago africano, é assumir a liderança das operações do banco no "offshore" de Cabo Verde, o BPN IFI, segundo foi comunicado aos trabalhadores do BPN através de uma comunicação interna. A percepção que existe dentro do banco é de que, a médio prazo, aquela estrutura será desmantelada. As operações do banco em território cabo-verdiano contam com mais de uma dezena de pessoas e, até há pouco tempo, eram lideradas por Inês Santos, que está de regresso a Lisboa. O papel desta colaboradora do BPN motivou, aliás, a inclusão do seu nome na lista de responsáveis que o CDS-PP pediu para serem ouvidos no âmbito da comissão parlamentar de inquérito à nacionalização do banco. **MJB**



Evidências

CELSO FILIPE
EDITOR EXECUTIVO



Francisco Bandeira
A Roda da Fortuna

O presidente do BPN e o seu vice, Norberto Rosa, foram ao Parlamento dizer que o banco tem um "buraco" de 1,8 mil milhões de euros. Ou seja, vai ser pedido aos contribuintes portugueses que suportem o seu saneamento financeiro. A intervenção do Estado foi justificada em nome da necessidade de salvar o dinheiro dos depositantes, o que é compreensível. Já mais difícil de entender é o facto de Francisco Bandeira ter afirmado que o BPN "pode ser um bom negócio para a CGD". E se for, quem ganha com isso?

Destino
Providência
Fatalidade



Américo Amorim
O Eremita

O empresário justifica 193 despedimentos como "anomalia de mercado". No plano conceptual tem todos os argumentos para proceder ao emagrecimento da sua corticeira, até porque já antes tinha avisado que, mais do que uma crise, se está "perante a formação de uma nova ordem económica global". Contudo, esta decisão revela uma surpreendente vulnerabilidade daquele que até há pouco era considerado o "rei da cortiça". A conclusão só pode ser a de que este negócio deixou de ser estratégico para Amorim. Podia era ter avisado antes.

Prudência
Precaução
Incapacidade



M. Lino/A. Marques
A Carruagem

As concessionárias ganham um concurso para construir uma auto-estrada e são "convidadas" a fazer uma festa para celebrar o acto, que custa a módica quantia de meio milhão de euros. O programa da inauguração é "chave na mão" e dá direito à presença do primeiro-ministro, tenda de comes e bebes, site, etc. O Governo e a Estradas de Portugal têm assim direito a uma actividade promocional, a custo zero. As concessionárias entram com o dinheiro e não estrebucham. Mário Lino e Almerindo Marques devem comentar entre si: "porreiro, pá!"

Distúrbio
Fuga
Perplexidade



Pedro Teixeira Duarte
O Pendurado

As notícias não podiam ser piores. O Santander e o BPI colocam a Teixeira Duarte em situação de falência técnica. A construtora é fortemente penalizada pela queda vertiginosa em bolsa do BCP, Cimpor e BBVA, onde tem participação accionista. Neste quadro, a Teixeira Duarte tem duas alternativas - vender activos ou aumentar capital. E qualquer delas é muito difícil de executar, de forma satisfatória, nas actuais condições de mercado. Existe ainda a possibilidade de uma fusão, um movimento há muito reclamado para o sector da construção. Será desta?

Abandono
Sacrifício
Arrependimento

O BPN tem um "buraco" financeiro de 1,8 mil milhões? O sector corticeiro está a despedir? A Teixeira Duarte encontra-se em falência técnica? Não há problema. Inaugura-se uma estrada, faz-se a festa e distribuem-se canapés pelo povo. Uma ideia brilhante deste nosso estimável Governo



GOVERNO NÃO QUER INDEMNIZAR ACCIONISTAS DO BPN

Accionistas do BPN podem avançar com processo contra o Estado

COM PERDAS perdas superiores a 1,8 mil milhões para já, decorrentes das imparidades e com situações muito irregulares não haverá indemnizações na nacionalização do BPN, situação que poderá motivar processos contra o estado português, como aconteceu com António Champalimaud, no caso do BPSM, onde as irregularidades detectadas eram muito maiores que as noticiadas no caso BPN e cujo banco também alegadamente se encontrava falido. Champalimaud recebe a Mundial Confiança o Banco Pinto e Sotto Mayor e comprou o Banco Totta e Açores, como pagamento vendendo tudo depois e tornando-se um dos homens mais ricos do mundo. Por morte parte da sua fortuna deu origem à Fundação Champalimaud.

Os auditores foram chamados ao Banco de Portugal mas Vítor Constâncio e a administração da CGD correm o risco de verem o Estado no banco dos réus por causa da nacionalização que pode ter custado bastante mais do que o governo deveria ter pago para resolver a situação do



BPN se não tivesse feito a nacionalização, posição defendida por Miguel Cadilhe.

Em abono desta posição do Estado, Norberto Rosa, administrador nomeado para o BPN depois da nacionalização, garantiu que os accionistas e dirigentes do banco não vão ser indemnizados. "É evidente que o banco tem uma situação líquida claramente negativa e portanto não tem condições de fazer qualquer indemnização aos antigos accionistas. Não estão previstas quaisquer indemnizações aos administradores", avançou Norberto Rosa na comissão de inquérito parlamentar.

O responsável disse, no entanto que "a administração não era a única responsável"

pela situação "insustentável" do BPN.

"A responsabilidade é do conselho de administração, mas penso que o fiscal único e os auditores externos teriam obrigação de dar a resposta de uma forma diferente relativamente a estas situações", adiantou.

No Parlamento, Norberto Rosa declarou ainda que "havia quase dois bancos a funcionar no BPN". Um que cumpria as regras, com fluxos normais e que funcionava normalmente. "Havia depois um conjunto paralelo de operações que não passavam por esses circuitos, sem parecer do risco, e nomeadamente através da área do private banking", explicou o responsável.

Venda em Bloco do BPN

A actual administração do BPN apresentou ainda três propostas ao Governo para o futuro do banco, disse hoje Norberto Rosa aos deputados da comissão parlamentar de inquérito avançando que será escolhida a que tiver menos impacto para o Estado.

Norberto Rosa adiantou que foram feitas três propostas ao Governo pela actual equipa que lidera o BPN.

Uma seria a venda do BPN, mas sem separar balcões dos serviços centrais, ou seja, tem que ser tudo junto.

A segunda possibilidade é a integração do BPN na Caixa Geral de Depósitos. E a terceira passa por manter o banco para posterior venda.

Norberto Rosa garantiu que será escolhida a que tiver menos impacto para o Estado e que a decisão será tomada pelo Governo. No entanto, admitiu que "haverá sempre custos para o Estado, o objectivo é minorar esses custos".

O administrador do BPN disse ainda que o banco estava numa situação de falência técnica e que qualquer situa-

ção teria sempre implicações negativas para o Estado desde que este decidisse garantir os depósitos.

"Não é pelo facto de ter havido nacionalização que houve impactos negativos. As perdas já existiam", disse Rosa.

BPN gerou "buraco" de 1800 milhões de euros

As imparidades e perdas detectadas pela actual administração do Banco Português de Negócios (BPN) elevam-se a 1.800 milhões de euros, revelou esta semana Norberto Rosa na comissão parlamentar de inquérito à nacionalização do BPN.

Este valor, anunciado pelo actual administrador do BPN, é pelo menos o dobro do que tinha sido detectado pela auditoria realizada a pedido da anterior gestão de Miguel Cadilhe.

No final do ano passado, o BPN foi nacionalizado e a sua gestão e os mais de 300 mil clientes passaram para a esfera da CGD, onde Norberto Rosa ocupava um lugar na administração.

Aos deputados, Norberto Rosa explicou que as im-

paridades, avaliadas em 1800 milhões de euros, "reflectem não só os créditos que estavam sedeados no próprio BPN, mas também no BPN Cayman, no BPN IFI e no Banco Insular", desde a nacionalização do banco, em inícios de Dezembro.

Na auditoria feita então pela Deloitte tinham sido identificadas imparidades de 700 milhões, mas Norberto Rosa avançou algumas explicações para a diferença de valores. "Na altura tinha sido feita uma auditoria excepcional e tinha encontrado um conjunto de insuficiências - imparidades - que apontava para 700 milhões de euros, mas os próprios auditores referiram que a auditoria era muito parcial, não abrangia avaliação de imóveis, companhias de seguros e BPN Cayman, IFI e Banco Insular. O valor era muito baixo", explicou.

"A situação do banco, aquando da nacionalização, verificámos que a situação era insustentável, quer em termos de liquidez, quer em situação patrimonial do banco", disse ainda Norberto Rosa. |

GOVERNO RECUSA INDEMNIZAÇÕES

Accionistas do BPN podem avançar com processo contra o Estado e queixa em Bruxelas

Com perdas superiores a 1,8 mil milhões para já, decorrentes das imparidades, e com situações muito irregulares, não haverá indemnizações na nacionalização do Banco Português de Negócios, situação que poderá motivar processos contra o Estado português, como aconteceu com António Cham-

palimaud, no caso do Banco Pinto & Sotto Mayor, onde as irregularidades detectadas eram muito maiores que as noticiadas no caso BPN e cujo banco também alegadamente se encontrava falido. A hipótese de interposição de uma queixa em Bruxelas também é provável.

PÁG. 21



Comissão de inquérito ao BPN “encalha” no sigilo bancário

Ana Brito e Leonete Botelho

Supervisor tem-se recusado a dar resposta à maioria dos pedidos de informações e deputados ponderam intervenção judicial

● A “recusa reiterada” do Banco de Portugal (BdP) em divulgar documentação sobre o BPN à comissão parlamentar de inquérito à nacionalização do banco vai levar os deputados a decidir se requerem judicialmente o levantamento do dever de sigilo bancário.

O assunto foi abordado na terça-feira pelo deputado comunista Honório Novo antes do início dos trabalhos e a presidente da comissão, Maria de Belém Roseira, remeteu para o próximo encontro a sua discussão. Mas, segundo revelaram ao PÚBLICO fontes parlamentares, a discussão não é nova e motivou há algumas semanas o envio de um ofício ao BdP em que a comissão disse querer ver levantado o dever de sigilo.

Ainda assim, a documentação pedida continuou sem chegar, pelo que o passo seguinte, caso assim o decida a comissão na próxima terça-feira, poderá passar por reclamar o levantamento do sigilo junto do Tribunal da Relação de Lisboa.

O deputado socialista Ricardo Rodrigues disse ao PÚBLICO que esta “solução é bastante verosímil”, embora tenha ressalvado que a decisão ainda não foi tomada no seio do grupo parlamentar do PS. O certo é que, aquando da audição de Oliveira e Costa, que invocou o estatuto de arguido para recusar responder aos deputados, Rodrigues garantiu que o PS iria “proceder ao levantamento de qualquer outro tipo de segredo” que viesse a ser invocado.

Entre a documentação solicitada ao BdP, e que nunca foi entregue, constam os relatórios de todas as inspeções realizadas ao BPN; a correspondência entre o supervisor e o Banco de Cabo Verde sobre o Insular; o conteúdo dos relatórios das auditoras às contas do BPN; informações sobre as relações entre o BPN/SLN e empresas ou estabelecimentos em *off-shore* e ainda documentos do BdP em que se refere o plano de recuperação de Miguel



NUNO FERREIRA SANTOS

Banco de Portugal tem recusado envio de informação sobre o BPN

Tribunal confirma Oliveira e Costa continua detido

O Tribunal da Relação de Lisboa confirmou ontem a prisão preventiva de José Oliveira e Costa, na sequência de um recurso apresentado pelo advogado de defesa do antigo presidente do BPN, que foi detido em Novembro por suspeita de burla agravada, falsificação de documentos, fraude fiscal e branqueamento de capitais. A decisão surgiu um dia depois de o antigo assessor do banqueiro ter garantido no Parlamento que a existência do Banco Insular (que serviu para esconder perdas de 400 milhões de euros) não era segredo nem no BPN, nem na SLN e que existiam “registos informáticos” passíveis de “consulta interna ou externa” das “várias centenas de movimentos” realizadas entre o BPN e o Insular entre 2002 e 2009.



Cadilhe e a nacionalização do BPN.

O dever de sigilo bancário tem sido invocado também pelo BPN para recusar divulgar documentação (incluindo os relatórios das auditorias da Deloitte e da Mazars em 2008), mas também pela própria CGD, em cujo universo se insere agora o banco nacionalizado.

Isso mesmo criticou ontem o deputado do CDS-PP Nuno Melo, numa intervenção no plenário em que considerou inaceitável que o BdP e o banco público tentem “evitar o acesso aos documentos mais elementares” para avaliar a acção da supervisão e perceber se a decisão de nacionalização foi acertada.

Entre os últimos pedidos de documentos da comissão de inquérito ao BPN, constava a listagem completa dos empréstimos concedidos que não foram pagos, que foram perdoados ou tenham “usufruído de condições especiais anormais para o mercado português”. Essa listagem, pedida pelo PS, devia referir todos os créditos concedidos pela instituição desde a sua fundação até à nacionalização, de acordo com o requerimento, de 12 de Janeiro. Duas semanas depois o BPN respondeu negativamente ao pedido, alegando uma vez mais “sigilo profissional bancário”.

Com este pedido, mais específico do que os outros anteriores referentes a mútuos, procura perceber-se quem terá sido mais beneficiado pelo BPN e em que condições, e sobretudo até que ponto os próprios accionistas terão contribuído, em proveito próprio, para o buraco financeiro de 1,8 mil milhões de euros.

Teixeira dos Santos sobre BPN e BPP

“Não foi gasto dinheiro dos contribuintes”

● O ministro das Finanças sustentou ontem que “o Estado não gastou nem envolveu dinheiro dos contribuintes” no BPN e no BPP, sublinhando que não se deve confundir as intervenções do Estado com “operações de crédito e empréstimo”. Foi a resposta do ministro às fortes críticas das bancadas da oposição ao uso de “dinheiros públicos” para salvar o BPN e que foram feitas no debate sobre o Orçamento suplementar para 2009.

“Não se gastou [dinheiro dos contribuintes] mas o dinheiro da CGD já lá está”, ripostou o líder do Bloco, Francisco Louçã, sublinhando de seguida a discrepância entre o valor dos depósitos (cerca de cinco mil milhões de euros) que o Governo disse querer proteger com a nacionalização do BPN e as imparidades apuradas (1,8 milhões de euros). “Não nota nenhuma discrepância, não lhe cheira a nada, não lhe cheira a podre?”, questionou Louçã. O

PCP e o PEV também questionaram o uso de “dinheiros públicos” no BPN e no BPP face às dificuldades na economia real. O CDS-PP considerou que “a factura é dos contribuintes” e que um aumento de capital na CGD vai tornar o crédito “mais difícil para as empresas”, o que foi rejeitado pelo ministro. Quanto ao “buraco” do BPN, Teixeira dos Santos diz que o número “reforça o argumento da necessidade da nacionalização”. **Sofia Rodrigues**



Caso BPN

Assessor desmente administradores

António José Duarte, assessor da administração do Banco Português de Negócios (BPN), diz que todos os membros da administração e do conselho superior do BPN sabiam o que se passava com o Banco Insular.

António José Duarte fez estas declarações perante os deputados da Comissão Parlamentar de inquérito que está a analisar o caso BPN.

“Eram largas centenas de movimentos, entre 2002 e 2009. Não há nada virtual, está tudo registado. Todas as operações lançadas no Banco Insular têm um registo informático”, disse Duarte, contrariando, assim, os depoimentos de vários administradores do BPN e da SLN,

que disseram desconhecer a existência do banco.

“Não sou jurista, nem me compete avaliar se o Banco Insular é do BPN ou da SLN. Mas que é de alguma das duas, não tenho dúvidas”, deixou claro o assessor da administração do BPN, acrescentando que não só a administração sabia da existência do banco como todos podiam ter acesso ao registo das operações.

Também Jorge Vieira Jordão, um antigo administrador da SLN, ouvido na Comissão, disse ter sido sempre contra o negócio com uma empresa no Porto Rico que foi à falência pouco depois. Jordão garantiu que avisou para os riscos da operação.



Poço sem fundo

• Vasco Cardoso

Assim por alto, a conta já vai em qualquer coisa como 25 mil milhões de euros de dinheiros públicos comprometidos em apoios ao sector financeiro em Portugal. Feitas as contas, temos 20 mil milhões em garantias do Estado, 4 mil milhões disponibilizados para capitalizações na banca e, ainda, a nacionalização do BPN e a intervenção da Caixa no BPP, que não ficaram por menos de mil milhões de euros.

Alguns dirão que se trata de coisas distintas e que não é possível somar cada uma destas parcelas, mas, na verdade, entre injeções directas de dinheiros públicos, assumpção de prejuízos de bancos falidos ou garantias que têm por detrás o aval do Estado, o Governo PS disponibilizou em escassas semanas ao sector financeiro aquilo que ao longo destes quatro anos recusou aos trabalhadores e ao povo português.

Vem isto a propósito das recentes notícias que dão conta do projecto de criação pelos Estados dos chamados «Bad Banks», ou se preferirmos «bancos maus», para recolherem os ditos «activos tóxicos» e, desta forma, «limpar os balanços» dos bancos das dívidas entretanto contraídas, transferindo-as para o Estado. Uma operação que apenas se destina a salvaguardar o património dos banqueiros, ao mesmo tempo que se transfere os muitos milhões de prejuízos para as costas dos povos. E mesmo que tal ideia esteja, para já, a ser ape-

nas admitida no plano internacional, o comportamento e as opções do Governo PS não autorizam outra opinião que não seja a de que se tentará impor aqui aquilo que o Sr. Obama já disse ir fazer nos EUA e que o BCE e a Comissão Europeia estão a preparar para a UE.

Este serviço, que em nome da crise tem sido prestado aos grupos financeiros – apesar dos 1500 milhões de euros de lucros em 2008 dos principais bancos em Portugal –, é um verdadeiro escândalo, uma autêntica vergonha, que ilustra bem o domínio que a burguesia monopolista tem sobre o poder político nestes países e até onde está disposta a ir para salvaguardar os seus interesses de classe.

O sector financeiro nas mãos dos interesses privados é um autêntico poço sem fundo, para onde caem todos os meses os juros do empréstimo para a casa, para o carro ou para a operação; um poço sem fundo para onde são despejados os milhões de dinheiros públicos necessários para aumentar salários, baixar os preços, criar emprego, investir ou produzir riqueza. Um poço sem fundo, porque a exploração e o lucro não conhecem limites. E é por isso que a exigência do controlo dos sectores estratégicos da economia nacional pelo Estado, a começar pelo sector financeiro, constitui uma condição decisiva para romper com a política de direita. Condição essa que pode e deve mobilizar os trabalhadores e o povo português.